

NEWSLETTER DIGESTO N.º 14/2017

Disponibilização: 17 de julho de 2017

Período abrangido: 3 a 14 de julho de 2017



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Administração Pública
2. Agricultura, Caça e Pescas
 - Agricultura/Agropecuária
 - Florestas
 - Pescas/Aquicultura
 - Vitivinicultura
3. Ambiente
4. Atividade Parlamentar
5. Cidadania
6. Cidadãos com Necessidades Especiais
7. Consumidores
8. Desenvolvimento Local
9. Desporto
10. Educação
11. Ensino Superior
12. Entidades Reguladoras
13. Estatística
14. Finanças
 - Banca/Instituições de Crédito/Sociedades Financeiras
 - Contribuições e Impostos
 - Valores Mobiliários
15. Justiça
16. Negócios Estrangeiros
17. Proteção Civil
18. Regiões Autónomas
 - Açores

- 19. Saúde
- 20. Segurança Rodoviária
- 21. Solidariedade e Segurança Social

Apresentação de um diploma tratado pelo DIGESTO

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2017, de 7 de julho](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova os termos das iniciativas relacionadas com o diagnóstico, monitorização, substituição, remoção e destino final de amianto, no âmbito do Programa de Remoção do Amianto.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 101/2017, de 12 de julho](#) (Presidência do Conselho de Ministros)

Reconhece o carácter excecional da prestação de trabalho suplementar por parte dos profissionais do Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P., durante a vigência da Fase Charlie do Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Florestais (período de 1 de julho a 30 de setembro do corrente ano), aumentando em 20% o limite da duração do trabalho suplementar estabelecido no n.º 3 do artigo 120.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- **AGRICULTURA/AGROPECUÁRIA**

[Despacho n.º 6097/2017, de 11 de julho](#) (Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro)

Cria a Comissão de Acompanhamento da Seca 2017 (Comissão Seca 2017) que tem como missão identificar os problemas, acompanhar a evolução da atual situação de seca em Portugal Continental, na sua dimensão agrícola e a execução de medidas tendentes à minimização dos seus impactes negativos.

- FLORESTAS

[Despacho n.º 6002/2017, de 6 de julho](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural)

Determina o apoio financeiro às ações de sensibilização e informação, no âmbito da Gestão Florestal e Fitossanidade e da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI).

- PESCAS/AQUICULTURA

[Despacho n.º 5816/2017, de 3 de julho](#)

(Mar - Gabinete do Secretário de Estado das Pescas)

Determina o licenciamento e repartição de quotas pelas embarcações portuguesas que operam na zona regulamentar da Organização das Pescarias do Noroeste do Atlântico (NAFO), para 2017.

- VITIVINICULTURA

[Portaria n.º 207-A/2017, de 11 de julho](#)

(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece, para o território do continente, as normas complementares de execução para o cumprimento da prestação vínica e as normas complementares do apoio a atribuir aos destiladores que transformem os subprodutos da vinificação.

3. AMBIENTE

[Portaria n.º 202/2017, de 4 de julho](#)
(Ambiente)

Determina os critérios e a metodologia para o reconhecimento de verificador qualificado da prevenção e controlo integrados da poluição (verificador PCIP), ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto, que estabelece o regime de emissões industriais aplicável à prevenção e ao controlo integrados da poluição, bem como as regras destinadas a evitar e ou reduzir as emissões para o ar, a água e o solo e a produção de resíduos.

4. ATIVIDADE PARLAMENTAR

[Resolução da Assembleia da República n.º 148/2017, de 13 de julho](#)
(Assembleia da República)

Regula o Canal Parlamento, o portal da Assembleia da República e a presença institucional nas redes sociais.

5. CIDADANIA

[Lei n.º 50/2017, de 13 de julho](#)
(Assembleia da República)

Altera (sexta alteração) a Lei n.º 15-A/98, de 3 de abril, que aprova a Lei Orgânica do Regime do Referendo.

[Lei n.º 51/2017, de 13 de julho](#)
(Assembleia da República)

Altera (quarta alteração) a Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, relativa ao exercício do direito de petição.

[Lei n.º 52/2017, de 13 de julho](#)
(Assembleia da República)

Altera (terceira alteração) a Lei n.º 17/2003, de 4 de junho, que regula os termos e condições em que grupos de cidadãos exercem o direito de iniciativa legislativa junto da Assembleia da República.

6. CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

[Lei n.º 48/2017, de 7 de julho](#)
(Assembleia da República)

Estabelece a obrigatoriedade de as entidades públicas assegurarem lugares de estacionamento para pessoas com deficiência e altera (segunda alteração) o Decreto-Lei n.º 307/2003, de 10 de dezembro, que aprova o cartão de estacionamento de modelo comunitário para pessoas com deficiência condicionadas na sua mobilidade.

7. CONSUMIDORES

[Portaria n.º 201-A/2017, de 30 de junho](#)
(Presidência e da Modernização Administrativa, Finanças e Economia)

Aprova o modelo, edição, preços, fornecimento e distribuição do livro de reclamações, nos formatos físico e eletrónico, a serem disponibilizados pelos fornecedores de bens e prestadores de serviços abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, e estabelece as funcionalidades da plataforma digital que disponibiliza o formato eletrónico do livro de reclamações.

8. DESENVOLVIMENTO LOCAL

[Portaria n.º 208/2017, de 13 de julho](#)

(Finanças, Adjunto e Planeamento e das Infraestruturas)

Regulamenta o n.º 4 do artigo 41.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 215/89, de 1 de julho, aditado pelo artigo 225.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para 2017, procedendo à delimitação das áreas territoriais beneficiárias de medidas do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), que se constituam como um incentivo ao desenvolvimento dos territórios do interior.

9. DESPORTO

[Lei n.º 54/2017, de 14 de julho](#)

(Assembleia da República)

Estabelece o regime jurídico do contrato de trabalho do praticante desportivo e do contrato de formação desportiva, bem como o dos empresários desportivos.

10. EDUCAÇÃO

[Despacho n.º 5908/2017, de 5 de julho](#)

(Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação)

Autoriza, em regime de experiência pedagógica, a implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário, no ano escolar de 2017-2018, cujos princípios e regras orientadores da conceção, operacionalização e avaliação do currículo dos ensinos básico e secundário constam do anexo ao presente despacho.

11. ENSINO SUPERIOR

[Deliberação n.º 668/2017, de 13 de julho](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior)

Estabelece as provas de ingresso para o primeiro ciclo de estudos do curso de Educação Básica na candidatura à matrícula e inscrição no ensino superior no ano letivo de 2017/2018.

12. ENTIDADES REGULADORAS

[Aviso n.º 7859/2017, de 12 de julho](#)

(Autoridade Nacional de Comunicações)

Torna pública a recomendação da Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) às entidades detentoras ou gestoras de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas em situação de conflito quanto à respetiva titularidade.

13. ESTATÍSTICA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 99/2017, de 10 de julho](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina o estabelecimento da Conta Satélite do Mar, com periodicidade de três em três anos, integrando as Estatísticas Oficiais Portuguesas, assim como articulação e cooperação entre a Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) e o Instituto Nacional de Estatísticas, I. P. (INE, I. P.), no âmbito da produção e difusão dos resultados da referida conta, e cria uma Comissão de Acompanhamento e estabelece as respetivas atribuições.

14. FINANÇAS

- BANCA/INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO/SOCIEDADES FINANCEIRAS

[Aviso do Banco de Portugal n.º 3/2017, de 3 de julho](#)

(Banco de Portugal)

Altera (segunda alteração) o Aviso do Banco de Portugal n.º 5/2013, de 18 de dezembro, que estabelece condições, mecanismos e procedimentos para o cumprimento dos deveres preventivos do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo previstos na Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, no âmbito da prestação de serviços financeiros sujeitos à supervisão do Banco de Portugal.

[Decreto-Lei n.º 81-C/2017, de 7 de julho](#)

(Finanças)

Estabelece o regime jurídico que define os requisitos de acesso e de exercício da atividade de intermediário de crédito e da prestação de serviços de consultoria relativamente a contratos de crédito, transpondo parcialmente a Diretiva 2014/17/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de fevereiro de 2014, relativa aos contratos de crédito aos consumidores para imóveis de habitação e que altera as Diretivas 2008/48/CE e 2013/36/UE e o Regulamento (UE) n.º 1093/2010, e altera (sexta alteração) o Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, integrando os intermediários de crédito no elenco de entidades que estão sujeitas à obrigatoriedade de existência e disponibilização do livro de reclamações.

- CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

[Portaria n.º 201-B/2017, de 30 de junho](#)

(Finanças)

Regulamenta a compensação de dívidas tributárias com créditos não tributários ao abrigo do artigo 90.º-A do Código de Procedimento de Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, nos casos em que o crédito tenha sido reconhecido por decisão judicial transitada em julgado.

- VALORES MOBILIÁRIOS

[Decreto-Lei n.º 81-B/2017, de 7 de julho](#)
(Finanças)

Determina que o disposto na Lei n.º 15/2017, de 3 de maio (que proíbe a emissão de valores mobiliários ao portador e altera o Código dos Valores Mobiliários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 486/99, de 13 de novembro, e o Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/86, de 2 de setembro), não prejudica a emissão de dívida pública direta do Estado nos termos previstos na Lei n.º 7/98, de 3 de fevereiro.

15. JUSTIÇA

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 280/2017, de 3 de julho](#)
(Tribunal Constitucional)

Declara inconstitucional, com força obrigatória geral, a norma que determina que a «reclamação da nota justificativa está sujeita ao depósito da totalidade do valor da nota», constante do n.º 2 do artigo 33.º da Portaria n.º 419-A/2009, de 17 de abril (regula o modo de elaboração, contabilização, liquidação, pagamento, processamento e destino das custas processuais, multas e outras penalidades), na redação dada pela Portaria n.º 82/2012, de 29 de março.

[Lei n.º 46/2017, de 5 de julho](#)
(Assembleia da República)

Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relativas ao registo de veículos, para efeitos de prevenção e investigação de infrações penais, adaptando a ordem jurídica interna às Decisões 2008/615/JAI e 2008/616/JAI.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 6/2017, de 5 julho](#)

(Supremo Tribunal de Justiça)

Estabelece a seguinte uniformização: "A indemnização devida pela expropriação de terreno rústico integrado na Reserva Ecológica Nacional e destinado por plano municipal de ordenamento do território a «espaço-canal» para a construção de infra-estrutura rodoviária é fixada de acordo com o critério definido pelo art. 27.º do Cód. das Expropriações, destinado a solos para outros fins, e não segundo o critério previsto no art. 26.º, n.º 12".

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 7/2017, de 6 de julho](#)

(Supremo Tribunal de Justiça)

Fixa a seguinte jurisprudência: «O membro sobrevivente da união de facto tem direito a pensão de sobrevivência, por morte do companheiro, beneficiário do sector bancário, mesmo que o regime especial de segurança social aplicável, constante de instrumento de regulamentação colectiva de trabalho, para que remete a Lei n.º 7/2001, não preveja a atribuição desse direito».

[Acórdão \(extrato\) n.º 251/2017, de 7 de julho](#)

(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma interpretativamente extraível do artigo 2.º da Lei n.º 62/2011, de 12 de dezembro e artigos 35.º, n.º 1, e 101.º, n.º 2, do Código da Propriedade Industrial, ao estabelecer que, em sede de arbitragem necessária instaurada ao abrigo daquela Lei, a parte não se pode defender, por exceção, mediante invocação da invalidade de patente, com meros efeitos interpartes.

[Acórdão \(extrato\) n.º 267/2017, de 12 de julho](#)

(Tribunal Constitucional)

Julga inconstitucional a norma do artigo 135.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (Orçamento do Estado para 2016), na parte em que, por efeito do carácter meramente interpretativo que lhe atribui, determina que a norma do artigo 88.º, n.º 21, 2.ª parte, do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) - número esse aditado pelo artigo 133.º da citada Lei - segundo a qual, ao montante global resultante das tributações autónomas liquidadas num dado ano em sede de IRC, não podem ser deduzidos os valores pagos a título de pagamento especial por conta (PEC) nesse mesmo ano, se aplique aos anos fiscais anteriores a 2016.

[Portaria n.º 209/2017, de 13 de julho](#)
(Justiça)

Regulamenta o regime do requerimento, da emissão, da disponibilização e da consulta da certidão eletrónica no âmbito dos processos dos tribunais judiciais, dos tribunais administrativos e fiscais e da competência do Ministério Público.

16. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[Aviso n.º 7613/2017, de 6 de julho](#)
(Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral)

Fixa as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de julho de 2017.

17. PROTEÇÃO CIVIL

[Lei n.º 49-A/2017, de 10 de julho](#)
(Assembleia da República)

Cria a Comissão Técnica Independente para a análise célere e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã entre 17 e 24 de junho de 2017.

[Resolução da Assembleia da República n.º 147-A/2017, de 11 de julho](#)
(Assembleia da República)

Designa os peritos membros e dispõe sobre o mandato e funcionamento da Comissão Técnica Independente para a análise célere e apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrógão Grande, Castanheira de Pera, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertã entre 17 e 24 de junho de 2017.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-B/2017, de 12 de julho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Reconhece como condições excepcionais os incêndios florestais cujo início se registou no dia 17 de junho de 2017, que atingiram os concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã.

18. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 13/2017/A, de 14 de julho](#)
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Aprova o 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2017.

19. SAÚDE

[Despacho n.º 5864/2017, de 4 de julho](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Determina que as receitas médicas nas quais sejam prescritas exclusivamente vacinas contra a gripe, para a época gripal de 2017-2018, emitidas a partir de 1 de julho de 2017, são válidas até 31 de dezembro do corrente ano.

[Despacho n.º 5865/2017, de 4 de julho](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Aprova o Regulamento de Aquisição e Gestão Centralizada e Partilha de Frota do Ministério da Saúde.

[Portaria n.º 206/2017, de 7 de julho](#)
(Saúde)

Cria um procedimento excecional de colocação numa área profissional de especialização para os médicos internos do ano comum que se candidataram ao procedimento aberto nos termos do Aviso n.º 9609/2014, de 25 de agosto, e que, por falta de vaga aquando do processo de escolhas, não foram admitidos à formação especializada.

[Portaria n.º 207/2017, de 11 de julho](#)
(Saúde)

Aprova os Regulamentos e as Tabelas de Preços das Instituições e Serviços Integrados no Serviço Nacional de Saúde, procede à regulamentação do Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia (SIGIC), que passa a integrar o Sistema Integrado de Gestão do Acesso (SIGA SNS), e define os preços e as condições em que se pode efetuar a remuneração da produção adicional.

[Lei n.º 53/2017, de 14 de julho](#)
(Assembleia da República)

Cria e regula o Registo Oncológico Nacional (RON).

20. SEGURANÇA RODOVIÁRIA

[Lei n.º 47/2017, de 7 de julho](#)
(Assembleia da República)

Estabelece como contraordenação grave a paragem e o estacionamento em lugar reservado a pessoa com deficiência condicionada na sua mobilidade e altera o Código da Estrada, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 114/94, de 3 de maio.

[Lei n.º 49/2017, de 10 de julho](#)
(Assembleia da República)

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva 2015/413/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de março de 2015, que visa facilitar o intercâmbio transfronteiriço de informações sobre infrações às regras de trânsito relacionadas com a segurança rodoviária, estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relacionadas com a prática de infrações rodoviárias num Estado membro da União Europeia por veículos registados em Estado membro que não o da infração, visando permitir a identificação e notificação do titular do documento de identificação do veículo.

21. SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

[Decreto-Lei n.º 81-A/2017, de 7 de julho](#)
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Cria o fundo de apoio às populações e à revitalização das áreas afetadas pelos incêndios ocorridos no mês de junho de 2017, nos concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande (Fundo REVITA).

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2017, de 12 de julho](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova a adoção de medidas de carácter extraordinário para fazer face aos danos provocados pelos incêndios ocorridos entre os dias 17 e 21 de junho de 2017 nos municípios de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã.

[Portaria n.º 210/2017, de 14 de julho](#)
(Finanças e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Determina os valores dos coeficientes a utilizar na atualização das remunerações a considerar para a determinação da remuneração de referência que serve de base de cálculo das pensões de invalidez e velhice do sistema previdencial e das pensões de aposentação, reforma e invalidez do regime de proteção social convergente.

CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO

Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro - Aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

Dados Gerais

Análise Jurídica	Decreto-Lei n.º 298/92
Dados Gerais	Decreto-Lei n.º 298/92
Informação Detalhada	Diário da República n.º 301/1992, 6º Suplemento, Série I-A de 1992-12-31
Guias Práticos	Tipo Diploma: Decreto-Lei
Newsletters Digesto	Número: 298/92
	Data Assinatura: 1992-12-31
	Entidade(s) Emitente(s): Ministério das Finanças
	Fonte: DIARIO DA REPUBLICA - 1.ª SERIE A, Nº 301-6ºSupl, de 1992-12-31, Pág. 6056-(24)
	Entrada em Vigor: 1993-01-01
	NOTAS AOS DADOS GERAIS
	O Decreto-Lei n.º 211-A/2008, de 3 de Novembro determina que até 31.12.2011, o limite de garantia previsto no n.º 1 do art. 166.º passa de (euro) 25 000 para (euro) 100 000, bem como determina que até 31.12.2011, aos recursos do Fundo de Garantia de Depósitos, previstos no artigo 159.º do presente diploma, podem ainda acrescer complementarmente as transferências ou empréstimos do Tesouro.
	RESUMO
	Aprova o regime geral das instituições de crédito e sociedades financeiras.


Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro - Aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

Aplica/Regulamenta

APLICA/REGULAMENTA

Foram encontradas 2 associações.

Data	Texto
	Alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 201.º da CRP.
1992-07-03	Lei n.º 9/92, de 3 de Julho, DR.IS-A [151]

 Ver lista resumida

Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro - Aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

Aplicado por/Regulamentado por

Decreto-Lei n.º 298/92

Diário da República n.º 301/1992, 6º Suplemento, Série I-A de 1992-12-31

Outros Tipos:

APLICADO POR/REGULAMENTADO POR


Foram encontradas 198 associações.

Data	Texto	Diploma
2016-12-16	Despacho n.º 15149/2016 - Diário da República n.º 240/2016, Série II de 2016-12-16. (Artigos 30.º a 33.º)	Despacho n.º 15149/2016 - Diário da República n.º 240/2016, Série II de 2016-12-16
2016-09-30	Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2016 - Diário da República n.º 189/2016, Série II de 2016-09-30 (N.ºs 3 e 5 do art. 118.º-A do RGICSF)	Aviso do Banco de Portugal n.º 8/2016 - Diário da República n.º 189/2016, Série II de 2016-09-30
2016-05-12	Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2016 - Diário da República n.º 92/2016, Série II de 2016-05-12 (N.º 1 do art. 96.º e n.º 1 do art. 99.º do RGICSF)	Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2016 - Diário da República n.º 92/2016, Série II de 2016-05-12

Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro - Aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

Modificações Produzidas

MODIFICAÇÕES PRODUZIDAS

 Notas:

Revoga, a partir da data da entrada em vigor do Regime Geral, a legislação relativa às matérias nele reguladas.

Foram encontradas 24 associações.

Data	Texto
1992-07-21	Revoga o Decreto-Lei n.º 149/92, de 21 de Julho, DR.IS-A [166]
1991-05-17	Revoga o Decreto-Lei n.º 186/91, de 17 de Maio, DR.IS-A [113]
1991-01-10	Revoga a Portaria n.º 23-A/91, de 10 de Janeiro, DR.IS-B [8]Supl
1990-10-29	Revoga o Decreto-Lei n.º 333/90, de 29 de Outubro, DR.IS [250]
1990-03-17	Revoga o Decreto-Lei n.º 91/90, de 17 de Março, DR.IS [64]
1989-09-23	Revoga o Decreto-Lei n.º 318/89, de 23 de Setembro, DR.IS [220]
1989-01-23	Consideram-se revogados, os artigos 1.º e 3.º do Decreto-Lei n.º 28/89, de 23 de Janeiro, DR.IS [19], na data de entrada em vigor da portaria a publicar ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 95.º

Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro - Aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

Modificações Sofridas

Decreto-Lei n.º 298/92

Diário da República n.º 301/1992, 6º Suplemento, Série I-A de 1992-12-31

Outros Tipos:

MODIFICAÇÕES SOFRIDAS

Foram encontradas 43 associações.

Data	Texto	Diploma
2017-05-30	Alterado o art. 81.º-A do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo presente diploma, na versão republicada pela Lei 23-A/2015 de 26-mar, pelo(a) Lei n.º 30/2017 - Diário da República n.º 104/2017, Série I de 2017-05-30	Lei n.º 30/2017 - Diário da República n.º 104/2017, Série I de 2017-05-30
2017-05-03	Alterado a partir de 04.05.2017, o art. 66.º (na redação do Dec Lei 157/2014, de 24-out) do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo presente diploma, na versão republicada pela Lei 23-A/2015, de 26-mar pelo(a) Lei n.º 16/2017 - Diário da República n.º 85/2017, Série I de 2017-05-03, e nos termos do disposto no seu art. 3.º	Lei n.º 16/2017 - Diário da República n.º 85/2017, Série I de 2017-05-03

Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro - Aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

Regulamentação

Decreto-Lei n.º 298/92

Diário da República n.º 301/1992, 6º Suplemento, Série I-A de 1992-12-31

Outros Tipos:

REGULAMENTADO POR

Foi encontrada 1 associação.

Data	Texto	Diploma
2012-12-21	Portaria n.º 420/2012 - Diário da República n.º 247/2012, Série I de 2012-12-21 (Art. 153.º-U do RGICSF)	Portaria n.º 420/2012 - Diário da República n.º 247/2012, Série I de 2012-12-21

Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro - Aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

Jurisprudência Associada

Decreto-Lei n.º 298/92

Diário da República n.º 301/1992, 6º Suplemento, Série I-A de 1992-12-31

Outros Tipos:

JURISPRUDÊNCIA ASSOCIADA

Foi encontrada 1 associação.

Data	Texto
2017-01-04	Ac. 360/2016 de 08-jun TCS DR.IIS [3] de 04.01.2017/Proc. 563/2015 (arts. 116.º e 120.º do Regime Geral)

Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro - Aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

Direito Comunitário

Decreto-Lei n.º 298/92

Diário da República n.º 301/1992, 6º Suplemento, Série I-A de 1992-12-31

Outros Tipos:

DIREITO COMUNITÁRIO

Foram encontradas 3 associações.

Data	Texto
1992-04-28	Directiva 92/30/CEE, do Conselho, de 06-Abr (JO L 110 de 28/Abr/1992)
1989-12-30	Directiva 89/646/CEE, do Conselho, de 15-Dez (JO L 386 de 30/Dez/1989)
1977-12-17	Directiva 77/780/CEE, do Conselho, de 12-Dez (JO L 322 de 17/Dez/1977 - EE. 6, f. 2, p. 21)

Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro - Aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

Retificações

Decreto-Lei n.º 298/92		
Diário da República n.º 301/1992, 6º Suplemento, Série I-A de 1992-12-31		
Outros Tipos:	<input type="text" value="Selecionar"/>	<input type="button" value="Pesquisar"/>
RECTIFICADO POR		
Foram encontradas 2 associações.		
Data	Texto	Diploma
2013-01-04	Retificado o art. 2º do Dec Lei 242/2012, de 07-nov, na parte em que altera o nº 2 do art. 8.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras aprovado pelo presente diploma, pela DECL-RECT.1-A/2013.04.01.2013.PCM, DR.IS [3-Supl] de 04.01.2013	Declaração de Retificação n.º 1-A/2013 - Diário da República n.º 3/2013, 1º Suplemento, Série I de 2013-01-04
2007-12-28	Rectificado o Decreto-Lei n.º 357-A/2007, de 31 de Outubro, que alterou o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo presente diploma, com as alterações constantes dos Decretos-Leis n.ºs 232/96, de 5 de Dezembro, 222/99, de 22 de Junho, 250/2000, de 13 de Outubro, 285/2001, de 3 de Novembro, 252/2003, de 17 de Outubro, e 145/2006, de 31 de Julho, e 104/2007, de 3 de Abril, pela DECL-RECT.117-A/2007.28.12.2007.PCM, DR.IS [250]3ºSupl de 28.12.2007	Declaração de Rectificação n.º 117-A/2007 - Diário da República n.º 250/2007, 3º Suplemento, Série I de 2007-12-28

Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro - Aprova o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais

Decreto-Lei n.º 298/92

Diário da República n.º 301/1992, 6º Suplemento, Série I-A de 1992-12-31

CAMPOS DE PESQUISA

Base de dados:
Supremo Tribunal de Justiça

Palavra Chave:
"sociedades financeiras"

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

Pesquisar

250 resultado(s) encontrados

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	05/25/2017	806/12.81bvt.g1.a1	Salazar Casanova	Seguradora Representação Sucursal Personalidade Jurídica Legitimidade Passiva
<input type="checkbox"/>	05/18/2017	22629/15.2181sb.11.a1	Chambel Mourisco	Dever de Obediência Faltas Injustificadas Abuso de Direito
<input type="checkbox"/>	05/04/2017	1961/13.5tvlb.11.a1	Lopes REGO	SWAP de TAXA de JURO Contrato de Adesão Cláusulas Contratuais Gerais Dever de Informação ÔNUS de Alegação

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@sg.pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão